

**FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS  
PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NAS ESTAÇÕES  
DE TRATAMENTO DE ÁGUAS DE MINA  
CADERNO DE ENCARGOS**



**CONTRATO DE FORNECIMENTO  
AJUSTE DIRETO**

**PROCESSO N.º 044/PIPSC/2025**

**ABRIL DE 2025**

**FUNDO AMBIENTAL**

# CADERNO DE ENCARGOS

## FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS DE MINA

### APROVADO

---

**Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus**  
(Presidente do Conselho de Administração)

---

**Zélia do Rosário do Vale Estêvão**  
(Vogal do Conselho de Administração)

**FUNDO AMBIENTAL**

## ÍNDICE

Cláusula 1.ª (Objeto) .....	1
Cláusula 2.ª (Contrato) .....	1
Cláusula 3.ª (Preço base) .....	1
Cláusula 4.ª (Requisitos de natureza social ou ambiental) .....	2
Cláusula 5.ª (Obrigações principais do fornecedor) .....	2
Cláusula 6.ª (Condições e trabalhos inerentes à aquisição de bens) .....	3
Cláusula 7.ª (Acompanhamento e gestão da execução do contrato) .....	3
Cláusula 8.ª (Prazo do fornecimento) .....	4
Cláusula 9.ª (Intervenções de terceiros e subcontratação na execução do contrato) .....	4
Cláusula 10.ª (Afetação de trabalhadores) .....	5
Cláusula 11.ª (Responsabilidade) .....	5
Cláusula 12.ª (Legislação laboral) .....	5
Cláusula 13.ª (Seguros de responsabilidade civil e outros) .....	6
Cláusula 14.ª (Objeto do dever de sigilo) .....	6
Cláusula 15.ª (Prazo do dever de sigilo) .....	7
Cláusula 16.ª (Preço contratual) .....	7
Cláusula 17.ª (Condições de pagamento) .....	8
Cláusula 18.ª (Revisão de preços) .....	8
Cláusula 19.ª (Penalidades contratuais) .....	9
Cláusula 20.ª (Força maior) .....	9
Cláusula 21.ª (Resolução por parte do contraente público) .....	10
Cláusula 22.ª (Resolução por parte do fornecedor) .....	10
Cláusula 23.ª (Seguros) .....	11
Cláusula 24.ª (Foro competente) .....	11
Cláusula 25.ª (Subcontratação e cessão da posição contratual) .....	12
Cláusula 26.ª (Comunicações e notificações) .....	12

Cláusula 27. <sup>a</sup> (Proteção de Dados Pessoais) .....	12
Cláusula 28. <sup>a</sup> (Inteligência artificial).....	12
Cláusula 29. <sup>a</sup> (Contagem dos prazos).....	13
Cláusula 30. <sup>a</sup> (Legislação aplicável).....	13

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Cláusula 1.<sup>a</sup>

##### (Objeto)

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de ajuste direto que tem por objeto principal assegurar o “Fornecimento de materiais e equipamentos para serviços de manutenção nas estações de tratamento de águas de mina” em antigas áreas mineiras de radioativos localizadas nos concelhos de Nelas e Mangualde, distrito de Viseu e no concelho de Tábua, distrito de Coimbra.

#### Cláusula 2.<sup>a</sup>

##### (Contrato)

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo fornecedor.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo fornecedor nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### Cláusula 3.<sup>a</sup>

##### (Preço base)

O preço máximo a pagar por todas as prestações constantes no presente Caderno de Encargos é de 19.950,00 € (dezanove mil novecentos e cinquenta euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

##### **(Requisitos de natureza social ou ambiental)**

Dado que o presente fornecimento não comporta riscos significativos de natureza social ou ambiental, não são exigidos requisitos específicos.

## **CAPÍTULO II**

### **OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

#### **Secção I**

#### **Obrigações do fornecedor**

##### **Subsecção I**

##### **Disposições gerais**

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

##### **(Obrigações principais do fornecedor)**

- 1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem da celebração do contrato, para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
  - a) Obrigação de realizar o fornecimento de materiais e equipamentos para os serviços de manutenção nas estações de tratamento de águas de mina em antigas áreas mineiras de radioativos, localizadas na Região Centro, designadamente da Urgeiriça e Cunha Baixa, situadas, respetivamente, no concelho de Nelas e de Mangualde, distrito de Viseu e a antiga área mineira de Vale de Abrutiga, situada no concelho Tábua, distrito de Coimbra.
  - b) Obrigação de fornecer a assistência técnica e a garantia dos equipamentos instalados;
  - c) Obrigação de proceder à reparação dos equipamentos fornecidos sempre que detetada e comunicada alguma anomalia no seu funcionamento durante o prazo de garantia;
  - d) Obrigação de realizar todas as obrigações acessórias inerentes ao trabalho a desenvolver.
- 2 - A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à



perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **(Condições e trabalhos inerentes à aquisição de bens)**

- 1 - Nos termos do Artigo 49.º do CCP, o fornecedor obriga-se a cumprir as especificações técnicas seguintes, sem prejuízo de outras obrigações legais ou contratuais, na execução das seguintes tarefas que integram o fornecimento:
  - a) Realizar o fornecimento de materiais e equipamentos para os serviços de manutenção nas estações de tratamento de águas de mina em antigas áreas mineiras de radioativos, localizadas na Região Centro, designadamente da Urgeiriça e Cunha Baixa, situadas no concelho de Nelas e de Mangualde, respetivamente, distrito de Viseu e de Vale de Abrutiga, situada no concelho Tábua, de distrito de Coimbra.
  - b) Realizar o fornecimento de materiais e equipamentos que se encontram listados e identificados no Anexo III do Convite, para cada uma das estações de tratamento de águas de mina, conforme especificações e quantidades aí indicadas.
  - c) Fornecer a assistência técnica dos equipamentos instalados durante o prazo de dois anos após a data de fornecimento;
  - d) Fornecer garantia técnica dos equipamentos instalados e os respetivos certificados de calibração;
  - e) Incluir nos custos a adequada embalagem dos equipamentos e todos os custos de transporte, conforme aplicável e o seguro de transporte por cada equipamento e acessórios.
- 2 - O fornecimento inclui todos os trabalhos acessórios e complementares ao bom desenvolvimento dos trabalhos.
- 3 - Todos os trabalhos adicionais aos existentes, necessários para garantir o fornecimento de um produto final de boa qualidade, serão a cargo do adjudicatário.
- 4 - Em tudo o que estiver omissa no presente caderno de encargos que respeite às especificações técnicas deverão ser cumpridas as normas legais em vigor, ou equivalentes, bem como as boas práticas na execução dos trabalhos.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **(Acompanhamento e gestão da execução do contrato)**

- 1 - O fornecedor obriga-se a designar um interlocutor único e inequívoco com os gestores do

contrato designados pela entidade adjudicante, que identificará e equipará com meios de contacto imediato no início do fornecimento, com um endereço eletrónico designado.

- 2 - Sempre que haja necessidade de substituir a pessoa do interlocutor, ou em caso de impedimento prolongado deste, o fornecedor fica obrigado a substituí-lo por outro com habilitações e competências equivalentes.
- 3 - O fornecedor comunicará previamente aos gestores do contrato, caso se verifique o previsto no n.º 2 da presente Cláusula, com a finalidade de obter a sua aprovação.
- 4 - A entidade adjudicante designará no contrato a celebrar, o Gestor do Contrato que a representará em todos os aspetos da execução do contrato.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **(Prazo do fornecimento)**

- 1 - O fornecedor obriga-se a executar o fornecimento com todos os elementos referidos no presente Caderno de Encargos num prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, que se extinguirá com a execução de todas as obrigações contratuais.
- 2 - O Gestor do Contrato comunicará ao fornecedor a data de início do fornecimento.
- 3 - O contrato apenas produzirá efeitos após a data de início do fornecimento, comunicado nos termos do número 2 (dois) da presente cláusula, sem prejuízo da obrigação de realização das tarefas que perdurem para além deste prazo.
- 4 - O presente fornecimento poderá terminar em prazo inferior ao previsto no número 1 (um) da presente cláusula, sem que haja lugar ao pagamento de qualquer indemnização ou compensação, seja a que título for.
- 5 - O prazo previsto no número anterior pode ser prorrogado por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do fornecedor devidamente fundamentado.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **(Intervenções de terceiros e subcontratação na execução do contrato)**

- 1 - Sem prejuízo do disposto na Cláusula 25.ª, o fornecedor obriga-se a apresentar à entidade adjudicante a eventual intenção de subcontratação de ações ou trabalhos a entidades terceiras, logo que identifique a sua necessidade, devendo para o efeito apresentar de forma explícita e completa:
  - a) As atividades ou trabalhos a subcontratar;
  - b) Identificação das entidades terceiras;
  - c) Referências das entidades terceiras nas atividades ou trabalhos a subcontratar.



- 2 - Logo que identificada a necessidade de subcontratação de qualquer ação ou trabalho para o estrito cumprimento contratual, o fornecedor obriga-se a proceder nos termos do número anterior.
- 3 - A subcontratação de qualquer ação ou trabalho só poderá efetivar-se com a prévia e expressa autorização da entidade adjudicante.
- 4 - O fornecedor é o único e exclusivo responsável pela subcontratação, designadamente quanto a ações ou omissões das entidades subcontratadas, pagamentos, seguros ou outras obrigações.
- 5 - O fornecedor deverá enviar à entidade adjudicante a cópia dos contratos celebrados com as entidades subcontratadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a sua celebração.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **(Afetação de trabalhadores)**

- 1 - O fornecedor obriga-se a cumprir o disposto no artigo 419.º-A do CCP, relativamente aos trabalhadores afetos ao fornecimento, que devem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo, salvo nos casos previstos no n.º 3 e 4 do citado artigo.
- 2 - A violação do disposto na presente cláusula constitui contraordenação muito grave, nos termos previstos no artigo 456.º do CCP.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **(Responsabilidade)**

- 1 - O fornecedor assume a total responsabilidade pelo fornecimento contratado, sendo o único responsável perante a entidade adjudicante pela boa execução dos mesmos.
- 2 - Em qualquer altura e logo que solicitado pela entidade adjudicante, o adjudicatário obriga-se a corrigir, no prazo razoável que lhe for fixado, os erros, as deficiências ou omissões em que haja incorrido, sempre que a responsabilidade dos mesmos lhe seja imputável.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **(Legislação laboral)**

O fornecedor deverá respeitar toda a legislação em vigor, na parte que lhe for aplicável, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre sanidade, salários mínimos, horários de trabalho, segurança e higiene no trabalho e responsabilidade por acidentes de trabalho, sendo único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **(Seguros de responsabilidade civil e outros)**

- 1 - É da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado no fornecimento, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.
- 2 - É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros em resultado de atos, omissões ou negligência por ele cometidos.
- 3 - O adjudicatário deve acautelar a celebração de contrato de seguro de responsabilidade civil para os técnicos abrangidos pela Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual, de acordo com o artigo 24.º, e demais legislação em vigor à data da celebração do contrato.

### **Subsecção II**

#### **Dever de sigilo**

### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

#### **(Objeto do dever de sigilo)**

- 1 - O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes, caso em que a entidade adjudicatária deverá solicitar o acordo prévio da entidade adjudicante.

### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

#### **(Prazo do dever de sigilo)**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Secção II**

#### **Obrigações da entidade adjudicante**

### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

#### **(Preço contratual)**

- 1 - Pelo fornecimento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante, deve pagar ao fornecedor, o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes de autorizações e licenciamentos relativos aos trabalhos a realizar e da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças que se relevem necessárias.
- 3 - A remuneração do fornecedor resultará da aplicação dos preços unitários previstos na proposta adjudicada, às quantidades dos materiais e equipamentos fornecido, depois de enviado e validado pela entidade adjudicante o respetivo auto de medição e comprovativo da entrega.
- 4 - A entidade adjudicante apenas pagará o trabalho efetivamente prestado, sem que haja lugar ao pagamento de qualquer indemnização ou compensação, seja a que título for, caso não seja executada a totalidade dos trabalhos previstos no presente caderno de encargos, a sua execução seja realizada em prazo inferior ao previsto ou por extinção do contrato, nos termos previstos no presente Caderno de Encargos ou na legislação em vigor.

### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

#### **(Condições de pagamento)**

- 1 - As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da proposta apresentada, devem ser pagas, no prazo de 30 (trinta) dias, após a entrega e aprovação das faturas respectivas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respectivas.
- 2 - Em caso de discordância, por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicado nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 3 - O fornecedor deverá emitir faturas eletrónicas conforme disposto no artigo 299.º-B do CCP, que devem discriminar o número de procedimento e designação do contrato a que se reportam, sob pena da sua não aceitação.
- 4 - O fornecedor deverá cumprir a legislação em vigor relativa à faturação eletrónica em procedimentos aquisitivos de contratação pública, nomeadamente, entre outras, o disposto no Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro, que regula as obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, e o Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, na versão em vigor que define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos.
- 5 - As faturas eletrónicas deverão ser compatíveis com o sistema de faturação eletrónica implementado pela EDM, através de Intercâmbio Eletrónico de Dados (E.D.I. – *Electronic Data Interchange*).
- 6 - A fatura será paga através de transferência bancária, para o IBAN indicado em documento bancário, apresentado pelo fornecedor o qual deverá ser atualizado sempre que necessário.

### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

#### **(Revisão de preços)**

Não haverá revisão de preços no presente fornecimento.

## CAPÍTULO III

### PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup>** **(Penalidades contratuais)**

- 1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do fornecedor, o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
- 2 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
- 3 - A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 4 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>** **(Força maior)**

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 - Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de

- sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ônus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

##### **(Resolução por parte do contraente público)**

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, emergentes do contrato, podendo, ainda, exigir o ressarcimento de todos os prejuízos causados.
- 2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor por carta registada com aviso de receção, com a indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos.

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

##### **(Resolução por parte do fornecedor)**

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 120 (cento e vinte) dias ou quando o montante em dívida exceda 50 % do preço



contratual, excluindo juros.

- 2 - O direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3 - Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 4 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

## CAPÍTULO IV

### SEGUROS

#### Cláusula 23.<sup>a</sup> (Seguros)

- 1 - É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contrato de seguro, de todos os riscos inerentes ao fornecimento.
- 2 - A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias.

## CAPÍTULO V

### RESOLUÇÃO DE LITIGIOS

#### Cláusula 24.<sup>a</sup> (Foro competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

## CAPÍTULO VI

### DISPOSIÇÕES FINAIS

#### Cláusula 25.<sup>a</sup>

##### **(Subcontratação e cessão da posição contratual)**

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

#### Cláusula 26.<sup>a</sup>

##### **(Comunicações e notificações)**

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### Cláusula 27.<sup>a</sup>

##### **(Proteção de Dados Pessoais)**

O fornecedor obriga-se a cumprir os deveres previstos na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril (RGPD) e demais legislação relativa à proteção de dados pessoais, através da implementação e execução de medidas técnicas e organizativas que se destinem a garantir os direitos dos titulares dos dados pessoais cujo tratamento realize ou cujos dados sejam do seu conhecimento no âmbito do presente contrato.

#### Cláusula 28.<sup>a</sup>

##### **(Inteligência artificial)**

- 1 - O fornecedor obriga-se a assegurar o cumprimento do Regulamento (UE) 2024/1689 do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de junho de 2024, designadamente o previsto no seu Artigo 5.º relativo a práticas de Inteligência Artificial (IA) proibidas.
- 2 - O fornecedor adotará medidas que garantam que o seu pessoal e outras pessoas envolvidas na operação e utilização de sistemas de IA em seu nome, dispõem de um nível suficiente de literacia no domínio da IA, tendo em conta os seus conhecimentos técnicos, experiência, qualificações académicas e formação e o contexto em que os sistemas de IA serão utilizados, bem como as pessoas ou grupos de pessoas visadas por essa

utilização.

3 - O presente artigo não afeta as proibições aplicáveis sempre que uma prática de IA infrinja outra legislação nacional ou da União Europeia.

**Cláusula 29.<sup>a</sup>**

**(Contagem dos prazos)**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**Cláusula 30.<sup>a</sup>**

**(Legislação aplicável)**

Em tudo o que for omissa no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no regime previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação e demais legislação.